



5. Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT		
EMPRESA DESENVOLVEDORA Versátil Processamento de Dados LTDA ME	CNPJ 04.718.426/0001-36	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: IPT0662014, nome: Versátil Expert, versão: 6.0, código MD-5: f531ba31ed87fd8cd258b831792afb93 vendas
6. Instituto Filadélfia de Londrina - IFL		
EMPRESA DESENVOLVEDORA SOFTMOBILI COMERCIO DE SISTEMAS LTDA	CNPJ 09.351.070/0001-69	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: IFL0412014, nome: MOBILI, versão: 1.7, código MD5: 213990e94a17a7c2a3de09f0bc4e2e48
Automatiza Consultoria e Sistemas Ltda	03.598.403/0001-72	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: IFL0422014,nome:SHOPSYSTEM WEB, versão: 4.0, código MD5: 77a40c934fbe7cfdc7be251ddd892fb6
Cheina Informática LTDA.	00.543.160/0001-87	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: IFL0432014, nome: Cheina PDV , versão: 14.6, código MD5: 51A1F0A729436DEA153F22DE2E531CA8
7. Universidade Católica Dom Bosco - UDB		
EMPRESA DESENVOLVEDORA HAR-SOFTWARE INFORMATICA LTDA.	CNPJ 11.019.568/0001-70	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: UDB0182014, nome: GERENTE STATUS, versão:3.0, código MD-5: 5470971bbda36e6ad8a62f6f97932538

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

RETIFICAÇÕES

No Anexo do Único do Protocolo ICMS 10, de 21 de março de 2014, publicado no DOU de 26 de março de 2014, Seção 1, páginas 45 a 47:

onde se lê:

"...V - MOLHOS, TEMPEROS E CONDIMENTOS

ITEM	NCM/SH	DESCRIÇÃO
55.2	2103.90.21 2103.90.91	Condimentos...

...",

leia-se:

"...V - MOLHOS, TEMPEROS E CONDIMENTOS

ITEM	NCM/SH	DESCRIÇÃO
55.2	2103.90.21 2103.90.91	Condimentos...

..."

Na cláusula primeira do Protocolo ICMS 24/13, de 13 de março de 2013, publicado no DOU de 14 de março de 2013, Seção 1, página 14:

No Ato COTEPE/ICMS 46/14, de 11 de agosto de 2014, publicado no DOU de 14 de agosto de 2014, Seção 1, páginas 15 a 33: onde se lê: "Art. 3º Fica acrescido o art. 7º ao Ato COTEPE ICMS 09/13, de 13 de março de 2013, com a seguinte redação:

Art. 7º O PAF-ECF deverá ter a...";

leia-se: "Art. 3º Fica acrescido o art. 9º ao Ato COTEPE/ICMS 09/13, de 13 de março de 2013, com a seguinte redação:

Art. 9º O PAF-ECF deverá ter a..."

Na Cláusula primeira do Convênio ICMS 40/14, de 31 de março de 2014, publicado no DOU de 1 de abril de 2014, Seção 1, página 14, onde se lê: "Palivizomabe", leia-se: "Palivizumabe".

No Despacho do Secretário-Executivo nº 136/14, de 28 de julho de 2014, publicado no DOU de 29 de julho de 2014, Seção 1, página 16, onde se lê "...Nº 136 - O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ...", leia-se "...Nº 137 - O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ..."

No Despacho do Secretário-Executivo nº 175/14, de 18 de setembro de 2014, publicado no DOU de 22 de setembro de 2014, Seção 1, páginas 28 e 29, onde se lê: "2. Faculdades Integradas Espírito Santenses - FAESA", leia-se: "6. Faculdades Integradas Espírito Santenses - FAESA".

No Despacho do Secretário-Executivo nº 178/14, de 19 de setembro de 2014, publicado no DOU de 22 de setembro de 2014, Seção 1, página 29,

a)onde se lê: "...Denúncia, pelo Estado de Pernambuco, do Protocolo ICMS 32/82.", leia-se: "...Denúncia, pelo Estado de Pernambuco, do Protocolo ICMS 32/92.";

b)onde se lê: "... de 2014, o Protocolo ICMS 32/82 - Dispõe...", leia-se: "... de 2014, o Protocolo ICMS 32/92 - Dispõe..."

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.513, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.491, de 19 de agosto de 2014, que dispõe sobre os débitos a serem pagos à vista ou incluídos nos parcelamentos especiais na forma e condições estabelecidas na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 13, de 30 de julho de 2014, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no § 7º do art. 33 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nos arts. 1º a 13 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, no art. 5º da Portaria MPS nº 133, de 2 de maio de 2006, e na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 13, de 30 de julho de 2014, resolve:

Art. 1º Os arts. 1º, 2º e 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.491, de 19 de agosto de 2014, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Poderão ser objeto de pagamento à vista ou incluídos nos parcelamentos na forma e condições estabelecidas na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 13, de 30 de julho de 2014, os débitos ainda não declarados, vencidos até 31 de dezembro de 2013, em relação aos quais o sujeito passivo esteja obrigado à apresentação de declaração à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e se encontre omissos, desde que seja apresentada a respectiva declaração até 1º de dezembro de 2014.

....." (NR)

"Art. 2º

.....

§ 4º Nas hipóteses previstas nos incisos I e III do caput, os débitos declarados que não sejam pagos à vista ou se refiram a parcelamento que venha a ser rescindido serão encaminhados para inscrição em Dívida Ativa da União (DAU).

....." (NR)

"Art. 5º

.....

onde se lê:

"XXIV - VINHOS

ITEM	Espécies de bebidas	PREÇO FINAL
1.1	vinhos, cavas, champagnes, espumantes, filtrados doces, proseccos, sangria e sidras, importados	-----
1.2	Produtos nacionais classificadas na posição 2204.10 da NCM/SH	-----
1.3	vinhos, cavas, champagnes, espumantes, filtrados doces, proseccos, sangria e sidras, nacionais, exceto produtos nacionais classificados na posição 2204.10 da NCM/SH	-----
24.4	Demais bebidas	-----

",

leia-se:

"XXIV - VINHOS

ITEM	Espécies de bebidas	PREÇO FINAL
24.4	Demais bebidas	-----

".

II - o sujeito passivo desista de forma irrevogável da manifestação de inconformidade, do recurso administrativo ou da ação judicial proposta, observados a forma e o prazo disciplinados no art. 8º da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 13, de 2014, caso o débito esteja com exigibilidade suspensa." (NR)

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.514, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) na aquisição de matérias-primas destinadas à produção de biodiesel.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 47-A e 47-B da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Esta Instrução Normativa disciplina a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) na aquisição de matérias-primas destinadas à produção de biodiesel.

TÍTULO I
DAS NORMAS APLICÁVEIS A PARTIR DA VIGÊNCIA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA

Art. 2º O disposto neste Título aplica-se às operações ocorridas após o início da vigência desta Instrução Normativa.

Art. 3º Fica suspensa a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre as receitas decorrentes das vendas de matéria-prima in natura de origem vegetal destinada à produção de biodiesel, quando efetuadas por:

I - pessoa jurídica que exerça atividade agropecuária;

II - cooperativa de produção agropecuária; ou

III - pessoa jurídica cerealista.

§ 1º Para efeitos do disposto no caput, entende-se por:

I - atividade agropecuária, as atividades econômicas a que se refere o art. 2º da Lei nº 8.023, de 12 de abril de 1990;